



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1010606-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Requerente: **Fabio Zucchi Martinelli**
 Requerido: **Arvore Azul Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda e outros**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Luiz Maia Santos**

Vistos.

Fábio Zucchi Martinelli ajuizou ação pelo procedimento comum contra **Árvore Azul Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda, Parintins Empreendimentos Imobiliários Ltda, Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A e Gigante Imóveis Ltda**. Alega, em síntese, que as rés se associaram em lançaram o empreendimento denominado "Blue Tree Towers – São Carlos/SP", que estava projetado para ser empreendimento de alto padrão destinado à hotelaria e à realização de eventos. A obra, entretanto, foi paralisada, mediante determinação no processo nº 1000508-89.2014. 8.26.0566, em trâmite na 4ª Vara Cível de São Carlos/SP. As obras não foram retomadas e continuam paralisadas até o momento. Por isso, o autor ajuizou ação declaratória com o objetivo de reconhecer o descumprimento do contrato, a fim de obter a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas (processo nº 1010638-41.2014. 8.26.0566, que tramitou na 1ª Vara Cível desta Comarca), onde obteve tutela favorável. Do total depositado, R\$ 67.542,96, o autor levantou a quantia de R\$ 62.179,68, ficando retidas as duas anteriores à propositura da ação, no valor de R\$ 5.363,28. Defende que a obra deveria estar concluída até 30 de abril de 2016, com prazo de tolerância até 30 de outubro do mesmo ano, que não deve sequer ser esperado, pois há certeza quanto ao descumprimento do contrato. Bate pela posição de consumidor e sustenta a responsabilidade solidária de todas as empresas acionadas. Discorre sobre doutrina e jurisprudência correlatas. Aponta também dano material consistente na remuneração do advogado na propositura da aludida



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ação declaratória, no valor de R\$ 4.200,00. Pede ao final a resolução do contrato, instrumento particular de compromisso de compra e venda e outras avenças, relativo à unidade apartamento suíte standard nº 1505 do Edifício Apart Hotel Carmine Botta, condenando as rés, de forma solidária, à devolução da totalidade das quantias desembolsadas pelo autor, no montante de R\$ 120.363,28 e R\$ 4.200,00, relativos aos honorários advocatícios, devidamente corrigidos, com os consectários de praxe. Juntou documentos.

As rés **Árvore Azul Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda, Parintins Empreendimentos Imobiliários Ltda e Gigante Imóveis Ltda.** foram citadas, por oficial de justiça, porém não apresentaram resposta no prazo legal.

A ré **Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A** foi citada e apresentou contestação. Alega, em suma, que é parte ilegítima para figurar no polo passivo da ação. Diz que não há formação de grupo econômico. Destaca a distinção da natureza das relações jurídicas firmadas entre os contratantes, vinculando-se o autor, quanto à gestão da obra e entrega do imóvel, às demais demandadas. Defende que jamais foi vinculada à construção e incorporação de empreendimentos, pois seu objetivo social está atrelado única e exclusivamente à administração de hotéis e apart-hotéis, depois de prontos e em pleno funcionamento, sendo sua marca reconhecida por esta administração. Insiste que não é parte no contrato que se pretende ver rescindido e dele não obteve qualquer vantagem econômica; a responsabilidade solidária não se presume; a responsabilidade pela conclusão da obra é da construtora e da incorporadora; a obrigação da contestante é exclusivamente administrar o empreendimento, após a sua conclusão e início da operação. Discorre sobre o direito e jurisprudência aplicáveis ao caso. Pede a extinção do processo sem resolução do mérito, por ilegitimidade passiva ou a improcedência da ação. Juntou documentos.

O autor apresentou réplica e juntou documentos. A ré se manifestou e juntou outros documentos. O autor voltou a se manifestar, reiterando o pleito inicial.

É o breve relatório.

Fundamento e decido.

O pedido comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, incisos I e II, do Código de Processo Civil, pois não há necessidade de outras provas, haja



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

vista a revelia e o teor das alegações das partes e documentos apresentados, que bastam para a pronta solução do litígio.

O pedido deve ser julgado procedente.

Cumpra observar, de início, que o autor comprovou haver celebrado compromisso de compra e venda com **Árvore Azul Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda**, figurando **Parintins Empreendimentos Imobiliários Ltda** como incorporadora, e **Gigante Imóveis Ltda.** como intermediadora.

Essas três empresas foram citadas e deixaram de apresentar resposta no prazo legal, incorrendo em revelia, presumindo-se então verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor, nos termos do artigo 344, do Código de Processo Civil.

Ademais, verifica-se que a petição inicial está bem instruída com documentos que positivam, com segurança, a existência do contrato, o envolvimento de todas as empresas, cada qual com posição jurídica própria, o descumprimento quanto à entrega da obra, que foi paralisada no início, sem retomada significativa, bem como quanto aos pagamentos efetuados pelo autor.

Quanto aos pagamentos, há de se incluir, por óbvio, os R\$ 115.000,00 efetuados por ocasião do contrato, além de R\$ 5.363,28, pois o autor ajuizou ação declaratória com o objetivo de reconhecer o descumprimento do contrato, a fim de obter a suspensão da exigibilidade das parcelas vincendas (processo nº 1010638-41.2014.8.26.0566, que tramitou na 1ª Vara Cível desta Comarca), onde obteve tutela favorável. Considerando o total lá depositado R\$ 67.542,96, o autor levantou a quantia de R\$ 62.179,68, ficando retidas as duas anteriores à propositura da ação, no valor de R\$ 5.363,28.

Além disso, ele deve ser ressarcido dos honorários advocatícios que pagou para a propositura da ação, R\$ 4.200,00, pois há comprovação de pagamento ao advogado. A indenização há de ser integral, nos termos dos artigos 389, 395 e 404, todos do Código Civil. Assim tem decidido o colendo Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1410705/RS, Rel. Min. **Humberto Martins**, j. 10/02/2015, DJe 19/02/2015).

De outro lado, nota-se que a única empresa contestante, **Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A** não impugnou os fatos acima indicados, de maneira que se


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

impõe o acolhimento da pretensão resolutória e ressarcitória na íntegra. A questão controversa remanescente quanto à análise da responsabilidade dessa empresa, a qual passa a ser enfrentada.

De proêmio, assenta-se a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor, pois o autor, à evidência, era o destinatário final do bem comprado, um apartamento. O artigo 2, *caput*, da Lei nº 8.078/90 estabelece: *Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final*. Não desnatura tal relação o fato de o autor ter pretendido, eventualmente, explorar economicamente o imóvel, na qualidade de investidor, até porque, como visto, ele comprou apenas uma unidade imobiliária, e não dezenas, situação que poderia desconfigurar sua condição de consumidor.

Ademais, a ré contestante, assim como as demais empresas, também deve ser reputada fornecedora de produto. Com efeito, dispõe o artigo 3º, *caput*, do Código de Defesa do Consumidor: *Fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços*.

No caso em apreço, restou evidente pelos documentos que instruem a petição inicial que a ré se apresentou ao público como empresa parceira das demais, para a consecução do hotel, inclusive quanto à criação e divulgação do material publicitário, no qual consta sua marca de modo destacado, influenciando, de modo definitivo, a aquisição de unidade do empreendimento pelo consumidor.

Tivesse havido celebração de contrato entre as responsáveis pela obra e sua comercialização, **Árvore Azul Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda, Parintins Empreendimentos Imobiliários Ltda, Gigante Imóveis Ltda.** com a **Blue Tree Hotels & Resorts do Brasil S/A**, sem divulgação da marca desta, ou sem vinculação de seu nome com a qualidade do negócio e, principalmente, com o êxito do empreendimento, poder-se-ia cogitar de ilegitimidade passiva.

Com efeito, se fosse omitido dos futuros compradores o vínculo da ré contestante, não poderiam eles, mesmo na condição de consumidores, postular nada em



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

face dela, que deveria ser entendida como um terceiro distante e sem influência alguma no contrato. Mas isto efetivamente não ocorreu. Ao contrário, ela se posicionou à frente do negócio, desde o início, principalmente por ocasião da divulgação e das vendas, inclusive no local das obras, como mostram as fotos anexadas aos autos.

Relevante observar, também, que tivesse havido êxito na construção e finalização do empreendimento, a empresa contestante certamente auferiria lucros. Por isso, do mesmo modo, uma vez malogrado o projeto, há de se responsabilizar frente ao consumidor, nos termos do artigo 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor: *Tendo mais de um autor a ofensa, todos responderão solidariamente pela reparação dos danos previstos nas normas de consumo.*

Em caso análogo, envolvendo as demandadas, já decidiu o egrégio Tribunal de Justiça de São Paulo: *Compromisso de compra e venda – Responsabilidade de futura administradora de imóveis, que emprestou marca ao empreendimento – Cessão de marca concorre fortemente para segurança e celebração de negócio – Integração à cadeia de fornecimento justifica responsabilidade solidária (CDC 7º e 18) – Empresa que participa da oferta se obriga ao resultado (CDC 30 segundo jurisprudência do STJ) – Dano moral inexistente – Recurso parcialmente provido (TJSP, Ap. nº 1018137-42.2015.8.26.0566, Relator o eminente Desembargador Luiz Antonio Costa, julgado em 23/03/2017).*

Colhe-se do voto o seguinte excerto, inteiramente aplicável ao caso em apreço: *A Blue Tree é empresa hoteleira de grande renome e batiza o empreendimento, em cujo material publicitário a marca “Blue Tree” é ubíqua, chegando a ocupar os anúncios com exclusividade (fls. 31, por ex.). É óbvio que a participação da Blue Tree contribuiu enormemente para a comercialização do empreendimento e no convencimento da Apelante sobre a segurança do negócio, podendo-se concluir que a Blue Tree contribuiu, sim, de maneira importante para a celebração do contrato. Tendo participado da cadeia de fornecimento, entendo que deva responder solidariamente pela inexecução do contrato, nos termos da Lei (CDC 7º p. ú. e 18 “caput”).*

Noutro julgamento, também do egrégio Tribunal de Justiça, decidiu-se no mesmo sentido: *Compromisso de compra e venda – Ação de rescisão, restituição de quantias pagas e indenização de danos morais – Relação de consumo - Legitimidade*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*passiva da apelante – Prova dos autos a revelar que a corré é parceira no empreendimento, respondendo perante os consumidores pelo seu sucesso – Aplicação do artigo 7º, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor – Sentença mantida – Recurso não provido (TJSP, Ap. nº 1001974-50.2016.8.26.0566, Relator o eminente Desembargador **Augusto Rezende**, julgado em 16/02/2017).*

É o quanto basta para o acolhimento da pretensão também em face da contestante, a qual se responsabiliza solidariamente pelo inadimplemento do contrato, sem prejuízo do exercício do direito de regresso dela em face das demais empresas com quem contratou, o que há de ser dirimido em ação própria, se o caso.

Adianta-se, para o fim de evitar embargos de declaração protelatórios, que nesta sentença foram analisadas todas as questões de fato e de direito julgadas importantes para o deslinde da causa, cabendo à parte interessada, se o caso, valer-se de recurso de apelação para obtenção de efeito infringente. Nesse sentido: (...) *o julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art. 489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.* (EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Min. **Diva Malerbi**, Desembargadora convocada do egrégio TRF da 3ª Região, Primeira Seção, julgado em 08/06/2016).

Ante o exposto, **julgo procedente o pedido, para declarar rescindido o instrumento particular de compromisso de compra e venda e outras avenças, relativo à unidade apartamento suíte standard nº 1505 do Edifício Apart Hotel Carmine Botta, condenando as rés, de forma solidária, à devolução da totalidade das quantias desembolsadas pelo autor, no montante englobado de R\$ 120.363,28 (R\$ 115.000,00 pagos e R\$ 5.363,28 depositados no processo nº 1010638-41.2014. 8.26.0566, que tramitou na 1ª Vara Cível desta Comarca), além de R\$ 4.200,00, relativos aos honorários advocatícios, com correção monetária, utilizada a tabela prática do Tribunal de Justiça de São Paulo, a contar dos respectivos pagamentos ou depósitos, e juros de mora, de 1% ao mês, contados da citação nesta ação.**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Em consequência, **julgo extinto o processo, com resolução do mérito, com base no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.**

Condeno as rés solidariamente ao pagamento das custas processuais respectivas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da condenação, quantia que está em consonância com as diretrizes do artigo 85, § 2º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 22 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**